

Autoria:	MARCOS VINICIUS FERREIRA COSTA
Orientador:	Prof.^a Especialista Filipe Augusto Costamilan Pereira
Título:	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A JUSTIÇA CONSENSUAL FRENTE A MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO
Resumo:	<p>O presente trabalho tem por objetivo expor a importância dos instrumentos de justiça consensual, principalmente o moderno acordo de não persecução penal e seus benefícios para o Judiciário brasileiro.</p> <p>De início, analisa a morosidade do judiciário brasileiro que, atualmente, continua um sistema burocrático e de respostas tardias, acarretando em um enorme dispêndio de dinheiro público nas movimentações processuais.</p> <p>Além disso, este artigo busca descortinar a importância da Justiça Consensual no nosso ordenamento jurídico, visto que é notório o aporte de celeridade que esta modalidade de justiça traz ao poder judiciário, resolvendo demandas menos complexas em maior velocidade, aliviando assim o nosso sobrecarregado sistema de justiça</p> <p>No mais, falaremos da importância do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) – introduzido no nosso ordenamento jurídico através do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964, de 2019), seu conceito, natureza jurídica, requisitos e seus benefícios ao Poder Judiciário, resolvendo demandas menos complexas sem a necessidade de instauração de processo, apresentando respostas mais céleres à população, evitando o dispêndio de dinheiro público já tão escasso para movimentar a máquina do judiciário.</p> <p>Por fim, o presente artigo foi elaborado por meio de consulta bibliográfica, pesquisa em artigos e sites eletrônicos.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Acordo de Não Persecução Penal; Justiça consensual; Morosidade do judiciário; Celeridade; Economia processual.</p>
Data da defesa:	24 de novembro de 2022

